CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei de Criação 1313/95 de 19 de dezembro de 1995, Revogada pela Lei do SUAS Municipal nº 2.488 de 30 de agosto de 2022.

RESOLUÇÃO Nº 78/2025 de 4 de setembro de 2025

Dispõe sobre a destinação de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS e estabelece critérios quanto ao repasse de recursos financeiros às entidades e organizações da sociedade civil no âmbito da Política de Assistência Social do Município de João Monlevade/MG.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de João Monlevade, no uso de suas atribuições legais conferidas pelas Leis: Federal nº 8.742/1993 – LOAS, Lei do SUAS Municipal nº 2.488/2022; pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), pela NOB-SUAS/2012, pela Resolução CNAS nº 14/2014 e demais legislações pertinentes, pela , tendo como deliberação a Reunião Ordinária do Conselho realizada em 04/09/2025, ata 374.

Considerando que compete ao CMAS a deliberação, o monitoramento e controle social da política de Assistência Social e do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS;

Considerando que o repasse de recursos do FMAS deve ser destinado, exclusivamente, a serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais tipificados na Resolução CNAS nº 109/2009, executados por entidades inscritas e regularmente registradas no CMAS;

Considerando que as entidades e organizações da sociedade civil que não executam serviços socioassistenciais, embora desempenhem relevante papel social, não integram a rede socioassistencial do SUAS;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar que os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, sejam eles provenientes da União, do Estado, do Município ou de emendas parlamentares, somente poderão ser aplicados no financiamento de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais tipificados na Resolução CNAS nº 109/2009.

Art. 2º - O repasse de recursos financeiros a entidades e organizações da sociedade civil, no âmbito da Assistência Social, fica condicionado à inscrição e regularidade da entidade junto ao CMAS, e ao Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS) bem como à comprovação de que executa serviços socioassistenciais em consonância com a Política Nacional de Assistência Social.

Art.3º - As organizações da sociedade civil que não executam serviços socioassistenciais e, portanto, não são inscritas no CMAS, não poderão receber recursos do FMAS,

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei de Criação 1313/95 de 19 de dezembro de 1995, Revogada pela Lei do SUAS Municipal nº 2.488 de 30 de agosto de 2022.

independentemente da esfera governamental de origem do recurso (municipal, estadual ou federal).

Art. 4º - O financiamento público de entidades não inscritas no CMAS, que realizem ações de interesse público em outras áreas , deverá se dar por meio de outros fundos ou instrumentos legais correspondentes, e não pelo Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 5º - Fica estabelecido que todo repasse de recurso do FMAS somente poderá ser formalizado mediante prévia deliberação e autorização do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em conformidade com suas competências legais de controle e fiscalização da política pública.

Art. 6º - Art. 7º As Organizações da Sociedade Civil – OSC que atualmente não se encontram inscritas no CMAS poderão solicitar sua inscrição, desde que adequem sua atuação em conformidade com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), a NOB-RH/SUAS, a Resolução CNAS nº 14/2014 e demais normativas aplicáveis.

Parágrafo único. O CMAS coloca-se à disposição para orientar e apoiar tecnicamente as organizações interessadas em se adequar para compor a rede socioassistencial do município.

At. 7º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 04 de setembro de 2025

Rosiane Maria Martins
Presidente do CMAS